

.....

Antropologia na esfera pública: breve panorama e atuais desafios da preservação dos patrimônios culturais no Brasil

Renata de Sá Gonçalves¹

Um incêndio que tomou conta do Museu Nacional do Rio de Janeiro na noite de 2 de setembro de 2018 destruiu quase a totalidade do acervo histórico e científico construído ao longo de duzentos anos,² o qual abrangia cerca de 20 milhões de itens catalogados. Nas palavras do

1 Agradeço à Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro pela bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado (processo E-26/202.708/2018) e ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo: 304689/2018-1).

2 O Museu Nacional foi criado por D. João VI em 06 de junho de 1818. Inicialmente sediado no Campo de Sant’Ana, serviu para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico do país. Foi instalado no Palácio de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, em 1892, sendo a mais antiga instituição científica do Brasil. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1968, foi o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Social do país.

antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima,³ “Trata-se de um patrimônio irrecuperável. O que nós podemos fazer é construir um patrimônio com o Brasil do século XXI e com o mundo do século XXI”.

A tragédia no Museu Nacional em 2018 abre novos desafios sobre o futuro e a preservação de patrimônios culturais e nos aponta paralelamente experiências subjetivas que o tema impõe. Precisamos dos patrimônios para sermos percebidos pelos outros e nos percebermos a nós mesmos como indivíduos ou grupos sociais, como bem ressalta José Reginaldo Santos Gonçalves. Os patrimônios não se restringem à sua função de representar identidades coletivas, uma vez que há mais nesta categoria do que as ideologias de identificação e de preservação dos patrimônios podem oferecer.

Nesta coletânea, os artigos destacam a abrangência e o viés problematizado dos termos oficiais de classificação e de preservação da gestão pública em contraponto com a amplitude de memórias coletivas e individuais, bem como das narrativas e das ações sociais, alcançadas ou não por tais enquadramentos. Quais seriam as potencialidades desses cruzamentos⁴ para o debate sobre os patrimônios culturais e museus na atualidade? Ao buscar uma visão mais sensível, esta coletânea busca explorar tanto suas dimensões subjetivas quanto seu potencial político na esfera pública.

Ao pensar os patrimônios simultaneamente como realidades objetivas e como experiências subjetivas, o artigo que abre este livro, intitulado “Patrimônio, espaço público e cultura subjetiva”, de José Reginaldo

3 Entrevista publicada em *A pública*. <https://apublica.org/2018/09/falar-do-museu-nacional-e-falar-dos-povos-indigenas-da-historia-do-brasil/> Acesso em 02/07/2019.

4 No âmbito das publicações da ABA, destaco três coletâneas já publicadas como resultado de atividades do Comitê de Patrimônio e Museus: *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*, organizada por Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão e Cornélia Eckert, de 2007; *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*, organizada por Izabela Tamasso e Manuel Ferreira Lima Filho, de 2012; e *Museus e Atores Sociais: Perspectivas Antropológicas*, organizada por Renato Athias, Manuel Ferreira Lima Filho e Regina Abreu, de 2016.

Gonçalves, nos faz pensar sobre os limites das noções de patrimônio cultural usadas pelas agências oficiais de preservação, mostrando como elas podem ser desestabilizadas por concepções que partem de pressupostos socioculturais diferentes. Nas concepções de patrimônio, aqui está abrangido o trabalho de criação constantemente realizado por diferentes agentes de modo a abarcar as relações que existem entre os patrimônios e a criatividade individual.

Sabemos que a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio no Brasil é antiga e que atravessou diferentes contextos sócio-históricos, distintos momentos de implementação de políticas públicas, bem como esteve em diálogo mais ou menos intenso com a institucionalização das ciências sociais e da sua demarcação em diferentes campos disciplinares.

A categoria antropológica de cultura em voga nos finais da década de 1970 enfatizava a diversidade e a alteridade, valorizando a incorporação de um “outro” não só exótico e distante, mas também interno e familiar. A unidade brasileira passaria pelo reconhecimento da diversidade cultural (Gonçalves, 2017). No contexto da redemocratização brasileira na década de 1980, houve uma mudança de orientação conceitual em direção a uma moderna concepção antropológica e a uma expansão da visão de proteção do Estado em relação ao “patrimônio cultural”. Algumas teses e pesquisas sobre o patrimônio elaboradas por antropólogos, que datam desse período, contribuíram para abrir uma nova área de estudos, antes tratada sobretudo por arquitetos e historiadores (Abreu, 2005).

Mas é principalmente a partir da virada do milênio que as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro se renovam institucionalmente com a implementação de um Programa nacional e com a expansão dos editais de fomento ao patrimônio cultural imaterial de modo mais amplo. A promulgação do Decreto 3551 de 2000, que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), sob gestão do Iphan, acentuou o viés de salvaguarda de conhecimentos e práticas tradicionais. Em seguida ao decreto, foi publicado o *Manual de Aplicação do Inventário*

Nacional de Referências Culturais (2000), que contém textos introdutórios, questionários e fichas a preencher no decorrer de uma pesquisa de identificação. Embora não tenha sido elaborado para utilização exclusiva no campo do patrimônio imaterial, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC foi apropriado pelos gestores desta área e exerceu papel fundamental na implementação e na consolidação da política federal de salvaguarda, tornando-se seu “instrumento fundador” (Sant’Anna, 2016).

Em paralelo com o processo de amadurecimento e de desenvolvimento de políticas culturais no Brasil, há o fortalecimento e a ampliação dos estudos e das ações voltados para a cultura, dando lugar ao viés da pesquisa participativa, etnográfica e reflexiva. O tema passa a ocupar um lugar central no campo da formulação de políticas públicas para as culturas populares e tradicionais. Como Arantes (2004) sugere, a Convenção de 2003, aprovada pela Conferência Geral da Unesco, suscita uma abordagem completamente nova em que não apenas os objetos materiais, mas também as experiências sociais que os criam e os nutrem estão em foco. Especialmente nesse período, as mudanças conceituais na construção de narrativas museológicas e em suas práticas museográficas acompanharam processos que já incorporavam o conceito de diversidade e de direitos culturais diferenciados ao campo das políticas públicas (Motta; Oliveira, 2018).

É deste contexto brasileiro após a virada do milênio que tratam os capítulos aqui reunidos. Neles, constatamos a crescente participação de profissionais do campo das ciências humanas e sociais na ocupação de cargos públicos em instituições de cultura e os variados usos de instrumentos voltados para a pesquisa colaborativa nas práticas profissionais dos antropólogos envolvidos. O campo se abriu cada vez mais para absorver os antropólogos como pesquisadores, “inventariantes” e gestores. Os usos plurais do “patrimônio” percorreram do plano jurídico ao plano nativo, enunciando concepções, expectativas e estratégias não só distintas nos modos de operar de seus enunciadores, mas frequentemente conflitantes, como mostrou Tamaso (2006).

A primeira parte desta coletânea, “Processos de patrimonialização, instrumentos para a pesquisa e para a ação”, percorre justamente os desdobramentos e os desafios das ações políticas brasileiras de preservação do patrimônio cultural nessas duas últimas décadas. São trazidos para o debate alguns casos emblemáticos desde o Registro do samba de roda e das ações de salvaguarda à rede de mulheres no Rio de Janeiro – a Rede Fitovida; dos mestres de capoeira ao caso da patrimonialização da viola de cocho e dos Festivais de Cururu e Siriri, realizados em Cuiabá. Os encontros, as tensões e os desafios entre pesquisadores, gestores e os demais grupos e indivíduos atuantes nos complexos circuitos de sua produção que se abrem a partir do PNPI são mediados pelos usos de instrumentos de pesquisa – os inventários e os dossiês e as ações de proteção e de salvaguarda do patrimônio.

No artigo “A Proteção Legal do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil”, Maria Laura Cavalcanti discorre sobre o contexto sócio-histórico das políticas relativas ao patrimônio cultural imaterial no Brasil, especialmente sobre a implementação das políticas públicas do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) pelo Iphan. A partir de reflexão sobre o Registro do Samba de Roda, a autora apresenta a intrincada relação que os especialistas das políticas públicas de PCI estabeleceram com os produtores dos diferentes bens culturais e por meio da qual se originaram e se definiram muitos dos desdobramentos futuros dos planos de salvaguarda. Como qualquer processo social, a experiência desse registro e de seus desdobramentos permanece rica em problemas e com tarefas sem fim a serem realizadas. Como argumenta a antropóloga, o percurso de cada Registro de um bem cultural é necessariamente permeado por tensões e fricções que fazem parte de um processo baseado fundamentalmente no diálogo e na parceria com os grupos sociais envolvidos. A autora indica que a sociedade brasileira aceitou e aderiu à relevância do PCI e que conflitos e tensões não impediram o notável sucesso do processo de Registro do samba de roda e das ações de salvaguarda a ele relacionadas.

Sara Morais faz uma abordagem reflexiva sobre a realização do INRC com base em sua experiência profissional como antropóloga do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. A antropóloga apresenta no seu artigo “Modos de fazer e usar o INRC: reflexões sobre sua dimensão prática” o processo de construção e institucionalização desse instrumento e destaca algumas das singularidades deste “fazer” por força de seu caráter prático e aplicado, refletindo sobre os compromissos e os objetivos próprios de uma pesquisa contratada por um órgão público cuja missão é a preservação do patrimônio cultural nacional. Por fim, aponta a necessidade de readequação do INRC em face dos novos desafios enfrentados pela política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Lucieni Simão e Mariana Leal Rodrigues no artigo “Rede Fitovida: dez anos em busca do Registro de Patrimônio Cultural Imaterial” delineiam a dinâmica de organização da referida Rede, organização da sociedade civil que reivindica o reconhecimento dos saberes sobre usos terapêuticos de plantas medicinais como um patrimônio cultural imaterial. Dez anos após a primeira tentativa de obter o Registro, a Rede Fitovida retomou um importante movimento do *autoinventariamento* e concluiu uma nova versão do INRC, em novembro de 2018. Destaca-se, neste caso, a particular trajetória da Rede como entidade articuladora de grupos comunitários de saúde, especialmente marcada pela criação de apoios e mediações com instituições públicas e privadas e com alguns pesquisadores vinculados a diversas universidades. O artigo fornece elementos para se pensarem os diálogos entre um movimento popular organizado em rede e as mais diversas instituições que representam o Estado. No caso observado, de um lado, os editais e os prêmios alcançados foram fonte para a realização de eventos e projetos, como livros e o próprio INRC, de outro, não garantiram os recursos necessários para o custeio do espaço, da secretaria e das atividades rotineiras da Rede e da Casa de Memória, que demandam uma complexa estrutura de funcionamento.

Geslline Braga em seu artigo “O ofício do antropólogo como consultor, seus pares, o Estado e os mestres na salvaguarda da Capoeira” busca compreender a dinâmica entre as recentes políticas de patrimônio para a capoeira e o processo de salvaguarda a partir da relação entre o Iphan e os capoeiristas, além de dar centralidade à figura do consultor e das controvérsias que tais relações acabam por gerar. A abordagem segundo um duplo pertencimento, de pesquisadora e consultora, permitiu-lhe vislumbrar o papel de mediadora apta a utilizar a *caixa de ferramentas* e os *instrumentos de bordo* da antropologia nas esferas do Estado e da capoeira. Enquanto a patrimonialização é entendida pelos capoeiristas como uma política de retratação ou de redenção do Estado, da salvaguarda é esperada a ação, principalmente para os antigos mestres.

No artigo “Festivais e Patrimônios: o caso da patrimonialização da viola de cocho”, Patricia Silva Osorio aborda os processos de patrimonialização da viola de cocho tendo em vista os festivais de cultura popular. Os Festivais de Cururu e Siriri, realizados em Cuiabá, são bons exemplos de como os patrimônios inserem-se em arcabouços institucionais mais amplos, de como podem operar relações entre as pessoas e a cidade. Ao intensificar fluxos entre os grupos e as esferas públicas administrativas e midiáticas, remodelando sociabilidades festivas e expressando pertencimentos, os festivais são entendidos como ações patrimoniais em seu sentido amplo. O patrimônio é uma noção constantemente evocada durante a preparação e a realização do evento. O foco do festival é a exibição de um patrimônio: a viola de cocho e todo o seu complexo musical, coreográfico e poético, ou seja, o cururu e o siriri. Outro aspecto em destaque é como a transformação da viola em patrimônio constitui-se em um processo político de reivindicação pela garantia de direitos de grupos específicos exercerem e manterem aquilo que consideram seu: a cultura. Em um plano, perceberam-se a legitimação de processos de construção de uma identidade regional oficial e também discursos e dinâmicas festivas que expressam pertencimentos a uma cultura ribei-

rinha e a comunidades e bairros locais. Em outro plano, o festival é a demarcação da presença dos grupos na cidade.

A segunda parte da coletânea, intitulada “Museus e perspectivas”, reúne artigos voltados para a ação de diferentes instituições museais, os museus etnográficos, os direitos culturais e as ações de sujeitos e grupos envolvidos.

Regina Abreu no artigo “Os museus como desafios para a antropologia” instiga o leitor a pensar sobre a revitalização das relações entre a antropologia e os museus, fundamentando-se na perspectiva de que é possível tomar o próprio “museu” como objeto de estudo. Do ponto de vista dos caminhos de renovação da prática dos museus antropológicos, a autora observa alguns movimentos que teceram uma espécie de terceira via entre a antropologia e os museus, ou entre a prática antropológica e o potencial dos museus, a exemplo dos ecomuseus, ou da relação entre a antropologia da arte e os estudos da cultura material. O pós-colonialismo impôs um novo olhar sobre os museus etnográficos.

No artigo “Museus etnográficos: abordagens e perspectivas na contemporaneidade”, Renato Athias argumenta que não podemos dissociar os objetos e as coisas do contexto social dos quais eles emergem. O estudo de objetos e coleções etnográficas expressa também a necessidade de um diálogo interdisciplinar e dialógico que envolve os sujeitos e os grupos representados. O autor se apoia na concepção de que o museu etnográfico faz parte de um ato de comunicação e de construção social. Portanto, argumenta que o conceito de patrimônio vem sendo sistematicamente ampliado em sua dimensão semântica e também, com ele, os princípios de seleção de objetos que são passíveis de serem “patrimonializados” e “musealizados”.

Neste contexto de diversas formas de agenciamento das coleções e das artes patrimonializáveis, destaca-se criativamente a construção social de determinadas trajetórias pessoais, como os artistas e os mestres da cultura popular que se tornam “patrimônios vivos”. O artigo “Entalhe

de um mundo ao redor: Antonio de Déde, personagens, arte (popular) e patrimônio”, de Daniel Reis, apresenta um esboço biográfico da “invenção” de Antônio de Dedé como um artista (popular) percorrendo o período dos últimos dez anos (2007-2017) da trajetória do alagoano de nome de batismo Antônio Alves dos Santos. O artigo investiga os circuitos contemporâneos de circulação das chamadas artes populares. A partir do “mito de origem” da descoberta de Antônio de Dedé, o texto aborda questões referentes à categoria “artificação” como proposta por Nathalie Heinich e Roberta Shapiro (2013), e se propõe a pensar não nas definições sobre arte, mas sim em que circunstâncias ela ocorre. Em sua trajetória, Antônio de Dedé, além de fazer parte de processos de fabricação de uma identidade, também fez ele mesmo uso desses mecanismos e categorias. Do circuito de *merchants* ao circuito de colecionamentos e arte popular, passando por um circuito nacional e internacional, a figura de Dedé foi sendo socialmente construída por diversos eventos e fatores. O texto explora ainda a indissociável rede de sociabilidade doméstica e a transmissão geracional de saberes com base na crença da existência de um “dom”. Reconhecido como artesão, artista, mestre e “patrimônio vivo”, a sua obra foi ganhando o mundo, mesmo que ele continuasse em seu quintal. O texto contribui para borrar os limites de classificações como “popular” ou “arte” e para observar a sociedade e sua produção cultural.

Antonio Motta no artigo “Direitos culturais e ações museais” parte da ideia de que, a fim de os museus sobreviverem, eles necessitam, antes de tudo, se adaptar a mudanças políticas e socioculturais mais amplas, compreendendo as necessárias redefinições de seus papéis no mundo contemporâneo. Tradicionalmente identificados com projetos de construção de nacionalidades, os museus adquiriram no presente novos significados sociais e políticos e, por isso, já não podem ser pensados como espaços de produção de memórias nacionais hegemônicas, tampouco como lugares para a consagração de identidades nacionais ou espaços de conservação de objetos e relíquias de épocas passadas. O que

se observa nos discursos museológicos mais recentes é a fragmentação das grandes narrativas, nem sempre confiáveis, que geralmente urdiam construções discursivas sobre identidades nacionais hegemônicas. Tal ruptura tem cedido lugar a micronarrativas individuais ou coletivas que têm como protagonistas os chamados atores sociais da diversidade, comprometidos com o reconhecimento das diferenças culturais como valor ético e político fundamental.

O autor busca compreender as diferentes formas de o museu se colocar perante a sociedade, suas necessidades de transformação e diálogo com a sociedade civil e o Estado. No âmbito das políticas culturais, notadamente no período de 2003 a 2016, os campos do patrimônio cultural e dos museus puderam ser vistos como canais de reivindicações políticas de diferentes grupos sociais e étnico-raciais. Ao promoverem uma mediação com a sociedade nacional e o Estado, servem de elo institucional para o agenciamento de direitos e de políticas na esfera pública, voltados para a promoção de uma justiça cognitiva-representacional e ancorados em demandas de reconhecimento e dignidade da pessoa humana.

Na terceira e última parte desta coletânea – “Patrimônios, disputas e territórios” – as noções de território e de lugar nos estudos e nas ações patrimoniais ganham centralidade. Tais enquadramentos se desdobram em razão da materialidade de situações concretas de pesquisa, problematizando a atuação em territórios em disputa e o reconhecimento de direitos. Ainda trazemos nesta parte da coletânea o Cais do Valongo no Rio de Janeiro, reconhecido como patrimônio da humanidade pela Unesco, e os sentidos da Pequena África nesta mesma região, a discussão sobre a revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre e os processos de tombamento da igreja potiguará de São Miguel Arcanjo.

Abre esta terceira parte a reflexão sobre a estreita relação entre o conceito de lugar, territórios e patrimônios. O artigo “Notas sobre o estatuto da noção de lugar na obra do antropólogo Antonio Arantes”, de Izabela Tamasso, propõe refletir sobre essa renovada perspectiva. Tamasso

opta por um recorte na trajetória investigativa e acadêmica do antropólogo para alinhar a relação entre o lugar como conceito analítico e descritivo e os estudos de patrimônio no Brasil. Tal escolha se justifica, em primeiro lugar, por reconhecê-lo como antropólogo expoente a colocar o “lugar” como categoria fundamental das reflexões das políticas e das práticas patrimoniais, sejam elas relativas aos patrimônios tangíveis ou intangíveis. O singular percurso investigativo e reflexivo de Arantes exemplifica as possibilidades do fazer antropológico em vários planos: na produção e na prática intelectual e acadêmica, no diálogo inquietante com organizações não governamentais e na participação em esferas de órgãos governamentais de cultura e patrimônio.

O artigo “Territórios em disputa e a prática profissional do antropólogo”, de Eliane Cantarino O’Dwyer, desenvolve o debate sobre territórios a partir de uma pergunta central “Qual seria o papel do antropólogo na elaboração de relatórios sobre terras de quilombos visando ao reconhecimento de direitos territoriais?”. O fazer antropológico que orienta a elaboração desses relatórios como parte de processos administrativos apresenta uma explicação sobre construções identitárias, formas de organização social, práticas culturais e processos de ocupação territorial dos grupos que pretendem o reconhecimento legal. Dadas as variantes nas formas de compreender o papel dos relatórios antropológicos, como se dão o funcionamento e a construção de um relatório ligado às questões quilombolas?

A experiência etnográfica e o texto por si mostram que a antropologia como disciplina está em uma situação privilegiada para estudar as dinâmicas das identidades sociais e políticas, precisamente porque o seu foco está no constante fluxo de interação social. Após abordar resultados e percepções dessa experiência apoiada principalmente em Barth (2002), a autora conclui que existem ainda eventos que são representativos de como nosso próprio conhecimento utilizado na prática científica é afetado por outros modos de conhecimento.

O artigo “O patrimônio fora da lei: a questão quilombola”, de Julie Cavignac, fala sobre a ausência dos africanos e dos afro-brasileiros nos relatos dos historiadores e na representação da paisagem cultural regional. Em um primeiro momento é feita uma releitura da historiografia local para mostrar qual era o lugar atribuído aos afrodescendentes no tecido social antes do questionamento da história pelos interessados. A autora também avalia como a “cultura” se tornou um instrumento destinado a apoiar demandas específicas, assegurar a legitimidade das reivindicações coletivas e das conquistas, requerer um lugar de fala, ter um protagonismo num espaço social marcado pela exclusão, o racismo e a desigualdade. A pesquisa se desenvolve no contexto do Rio Grande do Norte – onde houve relativamente poucas ações do Iphan – em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Programa Brasil Quilombola. No Seridó, como em outros contextos, as lideranças quilombolas e os responsáveis leigos das irmandades têm um protagonismo cada vez maior, participam dos debates e dos atos políticos, procuram aliados em redes constituídas que têm poder de circular informações importantes, têm o apoio dos agentes municipais ou da Igreja para desenvolver atividades em prol do benefício coletivo – a valorização da “comunidade”, a defesa da cultura ou dos direitos adquiridos.

Simone Vassallo no artigo “O antropólogo como agente e o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade pela Unesco” chama a atenção para um dos possíveis efeitos da atuação dos antropólogos: o de que contribuem para a mudança de enquadramento não só do bem patrimonializado, mas também das narrativas em torno da identidade e da história dos grupos. A autora parte da análise do Cais do Valongo, um sítio arqueológico localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro que foi desenterrado em 2011. Desde então, ele vem se tornando o maior símbolo do tráfico transatlântico de africanos em todo o mundo e foi reconhecido como patrimônio da humanidade pela

Unesco em julho de 2017. Ao pensar o processo de patrimonialização do Cais do Valongo e a atuação de pesquisadores, a autora argumenta como alguns deles contribuíram para a difusão de um novo enquadramento da escravidão negra no Brasil, que se configura com base em uma nova moralidade que denuncia o processo de dominação e de escravização dos africanos e dos afrodescendentes. A partir de Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) e Michel Callon (1986), a autora acredita que o antropólogo, juntamente com outros agentes, *produz* os novos significados atribuídos ao sítio arqueológico.

Em “Os sentidos da Pequena África. Políticas patrimoniais e conflitos urbanos no Rio de Janeiro”, Roberta Sampaio Guimarães analisa os diversos enquadramentos das narrativas da Pequena África focalizando os processos políticos envolvidos nas ações de patrimonialização e reurbanização da região portuária carioca após o período de redemocratização brasileira. Sugere que projetos urbanísticos e de preservação histórica acionam concepções temporais e espaciais que não são unívocas, pois estão em permanente disputa nas tramas estabelecidas entre Estado, mercado, agências multilaterais e movimentos sociais. Busca assim realçar os múltiplos agenciamentos que produzem as alterações físicas e as (re)classificações simbólicas da cidade, definindo noções como “público e privado”, “decadente e revitalizado”, “perigoso e pacificado”, entre outras. Nesse processo de distribuição e gestão de espaços e habitantes, experiências cotidianas, subjetividades individuais e memórias coletivas estão sempre em risco de serem subvertidas, apagadas ou destruídas. A observação contínua dos desdobramentos da Pequena África, contudo, realça a imprevisibilidade das disputas de narrativas que perpassam as políticas de memória, e também as desiguais relações de poder na conformação dos espaços da cidade e na formulação de projetos de Estado.

O artigo “Patrimônio, espaço público e processos em contradição: notas etnográficas sobre a proposta de revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre-RS”, de José Luís Abalos Júnior, expõe, com base no relato

de uma experiência etnográfica realizada em 2017 no Cais Mauá em Porto Alegre, os coletivos de ativismo urbano e as contradições políticas presentes no processo de transformação urbana iniciado pelo movimento de revitalização da área portuária da capital gaúcha. O autor investiga quais seriam essas contradições políticas marcadas pelo conflito entre patrimônio e espaço público e busca entender a “qualificação urbana da área portuária” por meio de uma escuta atenta dos contrassensos. Os diferentes discursos e as ações dos ativistas revelam que a ideia de que há o reestabelecimento de uma relação dos habitantes da cidade com o porto através do projeto atual de revitalização do Cais Mauá não é consensual.

No artigo “Entre o templo e a ruína: identidades, conflitos e políticas nos processos de tombamento da igreja potiguara de São Miguel Arcanjo”, Emanuel Oliveira Braga expõe experiências de ressignificação do espaço e do tempo das aldeias Vila São Miguel e São Francisco, Terra Indígena Potiguara, em função do *status* de monumento tombado recebido pela igreja de São Miguel Arcanjo. Busca também refletir sobre os conflitos e os consensos produzidos pelos agentes públicos preservacionistas e eclesiais no processo de seleção e reconhecimento patrimonial do referido templo religioso. Ao partir de experiências e interesses pessoais por conta de sua trajetória de trabalho em instituições que lidam com patrimônio, o autor utiliza o caso etnográfico da Igreja de São Miguel Arcanjo para se perguntar qual a posição do antropólogo que integra uma equipe técnica multifacetada em uma instituição cuja missão é proteger o patrimônio cultural brasileiro diante de tantas sutilezas do tema abordado. O artigo buscou as primeiras “pistas” para a compreensão das experiências de ressignificação indígena do espaço e do tempo nas aldeias Vila São Miguel e São Francisco, Terra Potiguara, Paraíba, considerando o *status* de monumento tombado recebido pela igreja de São Miguel Arcanjo. Igualmente, propôs-se a uma descrição analítica de conflitos e consensos, hegemonias e marginalidades vivenciados pelos 14 agentes públicos preservacionistas (Iphan e Iphaep) e eclesiais (Arquidiocese

da Paraíba e paróquia local) no processo de seleção e reconhecimento patrimonial do referido templo religioso, que atualmente se encontra em ruínas. Como concluiu o autor, o repertório institucional do Iphan classifica o mundo das “coisas patrimonializáveis” em naturezas materiais e imateriais, o que, em muitos contextos como o caso apresentado, tem provocado processos culturais paradoxais entre o modelo estatal proposto e as lógicas e as experiências locais.

Ao reunir pesquisas recentes que abordam os usos dos patrimônios culturais, da atuação dos antropólogos e de seus múltiplos planos e leituras, esta coletânea procura apresentar, problematizar e comparar a preservação do patrimônio cultural no Brasil, buscando compreender a atuação dos antropólogos na reflexão e na produção de políticas públicas na atualidade.

Referências

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez. 2005.

ARANTES, Antonio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda”. *RESGATE – Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 1, n. 13, p. 11-18, 2004.

BARTH, Fredrik. An Anthropology of Knowledge. *Current Anthropology*, v. 43, n. 1, p. 1-18, February, 2002.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge, 1986. p. 196-223.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2017.

GONÇALVES, Renata de Sá; TAMASO, Izabela. A antropologia nos processos de patrimonialização: expansão e perspectivas. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; CASTILHO, Sérgio; LACERDA, Paula; OSORIO, Patricia (orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta. Quando há artificalização? *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 28, n. 1, 2013.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LIMA FILHO, Manuel F.; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (orgs.). *Museus e Atores Sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Antropologia e patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

MOTTA, Antonio; OLIVEIRA, Luiz. Políticas da cultura na cena pública: patrimônio, museus e o direito à diferença. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; CASTILHO, Sérgio; LACERDA, Paula; OSORIO, Patricia (orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

SANT'ANNA, Marcia. A noção de sustentabilidade no âmbito da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Brasil. *Aurora 463: revista da Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco*, Recife, 1/1, p. 101-116, 2016.

SAPIR, Edward. Cultura: genuína e espúria. *Revista Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4. p. 35-58, PPGSA/IFCS/UFRJ, 2012.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

TAMASO, Izabela. A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez., p. 13-36. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2006.